

Feminismo e gênero:

avanços nas políticas de igualdade de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais
Sem Terra (MST)

Jeniffer Ribeiro Pessôa

Como citar: PESSÔA, Jeniffer Ribeiro. Feminismo e gênero: avanços nas políticas de igualdade de gênero no Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *In:* BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Mulheres, gênero e sexualidades na sociedade:** diversos olhares sobre a cultura da desigualdade - volume 1. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p.145-166.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-84-2.p145-166>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

FEMINISMO E GÊNERO: AVANÇOS NAS POLÍTICAS DE IGUALDADE DE GÊNERO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)¹

Jeniffer Ribeiro Pessôa

INTRODUÇÃO

O movimento feminista possui grande influência na mudança dos papéis sociais, e na luta pela igualdade entre homens e mulheres em todo o mundo. Como movimento social, o movimento feminista ganhou forma como movimento social no final do século XIX e início do século XX. Contudo, quando analisamos os movimentos sociais, é possível afirmar que os movimentos de mulheres ou feministas estão entre os considerados

¹ Este trabalho advém de parte da pesquisa bibliográfica e documental da dissertação de mestrado intitulada *A formação educacional e a igualdade de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. Para esse texto faremos um recorte em que abordaremos os avanços das políticas de igualdade e, a introdução do conceito de gênero no MST.

mais recentes (DAL RI, 2017, p. 169). Em resumo, o conteúdo da tese feminista está principalmente na luta pela igualdade social para ambas as categorias de sexo (SAFFIOTI, 2015, p. 49).

No século XIX e início do século XX, a ideia de ‘direitos iguais’ em torno da cidadania que implicava a igualdade entre os sexos, incentivou uma mobilização feminista importante na Europa, nos Estados Unidos e em outros países do continente americano. As mulheres conseguiram romper com algumas desigualdades em termos formais ou legais, particularmente no que se refere ao direito ao voto, à propriedade e à educação. (MARQUES, 2017, p. 72).

O movimento feminista brasileiro foi inspirado pelas lutas dos movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos. No Brasil, o movimento ganha destaque da década de 1930, com a luta pelo direito ao voto que foi adquirido em 1932, e continuamente foram atingindo outros direitos que antes não lhes eram possíveis devido a sociedade patriarcal que pairava na sociedade e predomina até hoje.

O feminismo surge para lutar contra as desigualdades sociais entre homens e mulheres e, lutando por igualdade em todos os âmbitos. “Em nossa sociedade existem três grandes desigualdades entre as pessoas e grupos. Essas desigualdades são expressas através das categorias: raça/etnia, classe social e gênero” (MST, 2003, p. 30).

Quando estas questões se problematizam é possível verificar as relações sociais, os valores, a relação de classes e as contradições presentes. Por isso, os movimentos feministas passaram à incorporar as questões de gênero, tornando a sua luta mais abrangente.

Os estudos de gênero, aqui incluindo as categorias ‘mulher’, ‘mulheres’, ‘feminismo’, ‘feminilidades’, ‘masculinidades’ e ‘relações de gênero’, têm buscado se colocar no centro do debate historiográfico, tentando fazer com que essas categorias se tornem comuns para quem pesquisa nesse campo (PEDRO, 2011, p. 277).

Portanto, destacamos que na “[...] perspectiva de análise que partilhamos, gênero é entendido como um padrão socioeconômico e

cultural que define o que é masculino e o que é feminino, em cada contexto histórico” (SABIA; BRABO, 2016, p. 177).

Um fator relevante para a participação das mulheres nos movimentos sociais, é que estes buscam novas relações, fundamentadas em novos valores, portanto, ao pensarem nas questões necessárias para essas mudanças, surgem questões como a igualdade de gênero. Nesse sentido, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entende que o feminismo é um “[...] movimento pela melhoria e extensão do papel e dos direitos da mulher na sociedade [...] é um movimento de luta, organizado por mulheres, que surge exatamente para combater o machismo” (MST, 2003, p. 88).

No período de 1964 a 1985 o Brasil esteve sob o governo militar. O cenário político-econômico dessa época e a luta contra a ditadura militar impulsionou o surgimento de novos movimentos sociais no país. Dentre esses movimentos, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que foi fundado oficialmente em 1984.

O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra que aconteceu de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná. Esse encontro teve a participação de trabalhadores rurais de doze estados, onde já se desenvolviam ocupações ou outras formas de luta ou de resistência na terra, bem como de diversas entidades que se colocavam como apoiadoras ou, em alguns casos, articuladoras dessas lutas (CALDART, 2004, p. 101-102).

Assim que fundado, o Movimento estipulou três objetivos principais: lutar pela terra; lutar pela reforma agrária; e, lutar por mudanças sociais no país. A luta por mudanças sociais é entendida pelo MST como uma transformação dos Sem Terra em sujeitos sociais, ou seja, trata-se de um processo educativo, de formação humana.

Neste processo, o MST apóia-se em seus princípios filosóficos e pedagógicos, que “[...] são o resultado de práticas realizadas, das experiências que estamos acumulando nestes anos de trabalho” (MST, 1996a, p. 4). Os princípios filosóficos e pedagógicos do MST incorporam

suas concepções da realidade, e as contradições que homens e mulheres Sem Terra vivem no campo, apontando caminhos para a construção de um novo conhecimento, impulsionando mudanças nas relações sociais, no modo de produção e criando possibilidades de superação das desigualdades de classe e gênero com o objetivo de contribuir para a construção de um sistema econômico socialmente justo e com uma cultura solidária.

Para levar a diante seu projeto pedagógico, o MST promoveu a criação do Setor de Gênero no ano de 2000, que tem como principal objetivo levar a discussão de gênero para o conjunto do MST, por meio de estudos e reflexões, divulgando cartilhas cujo conteúdo destaca a importância de se estabelecer novas relações para se avançar na luta de classes.

Desse modo, o principal objetivo deste texto é apresentar uma análise dos avanços das políticas de gênero do MST, que foram influenciadas pelos movimentos feministas.

É importante destacar que nos documentos analisados verificamos que para ampliar a luta pela igualdade que o MST deixou para trás as chamadas *questões das mulheres* e introduziu as *questões de gênero* por considerar uma categoria mais abrangente, e não para substituir a categoria mulher. Todavia, não expressa nesses documentos a existência e/ou participação específica de militantes LGBT.

1. O MOVIMENTO FEMINISTA E GÊNERO

O movimento feminista produz sua própria reflexão crítica e teórica. Esta coincidência entre militância prática e teoria impulsionou o feminismo da segunda metade do século XX e as mulheres de classe média, a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da história provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais (PINTO, 2010, p. 15).

Segundo as teorias dos movimentos feministas europeus, esses podem ser divididos em ondas que são delimitadas de acordo com as reivindicações de cada momento histórico.

A primeira onda foi pelo reconhecimento da mulher como *sujeito de direitos*. Essa luta foi caracterizada pela criação da Declaração dos

Direitos da Mulher e da Cidadã, exigindo status de completa assimilação jurídica, política e social das mulheres, escrito por Olympe de Gouges em resposta a declaração que não contemplava às mulheres. “Já desde a Revolução Francesa os direitos humanos foram pensados no masculino: declaração universal dos direitos do homem e do cidadão” (SAFFIOTI, 1999, p. 84).

É a partir da Revolução Francesa, em 1789, que as mulheres passam a atuar na sociedade de forma mais significativa, reivindicando a melhoria das condições de vida e trabalho, a participação política, o fim da prostituição, o acesso à instrução e a igualdade de direitos entre os sexos. É nessa época que surge o nome da francesa Olympe de Gouges. Em 1791, ela lança a ‘Declaração dos Direitos da Cidadã’, onde reivindicava o ‘direito feminino a todas as dignidades, lugares e empregos públicos segundo suas capacidades’. Afirmava também que ‘se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela deve poder subir também à tribuna’. Olympe de Gouges foi julgada, condenada à morte e guilhotinada em 3 de março de 1793, por ‘ter querido ser um homem de estado e ter esquecido as virtudes próprias do seu sexo’. Nesse mesmo ano, as associações femininas foram proibidas na França. (MST, 2003, p. 69).

A continuidade dessa luta foi pelo direito voto feminino que ocorreu ainda na primeira onda do feminismo, as mulheres reivindicavam que tivessem os mesmos direitos políticos que os homens principalmente o direito ao voto. Essas mulheres ficaram conhecidas como as sufragetes.

Mas a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As sufragetes, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918. (PINTO, 2010, p. 15).

Essa mesma reivindicação das mulheres pelo direito ao voto, que se encontram as origens do movimento feminista no Brasil, marcando a primeira onda do feminismo brasileiro.

No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto. As sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro (PINTO, 2010, p. 15-16).

Essa luta durou muito tempo, pois mesmo após conseguir o direito ao voto, houve uma demora em implementar esse direito na legislação e, assim, garantir a efetivação do direitos das mulheres em votarem e serem votadas. “Afim, o direito ao voto feminino foi concedido em 1933 e garantido na Constituição de 1934. Mas só veio a ser posto em prática com a queda da ditadura getulista. As mulheres brasileiras votaram pela primeira vez em 1945” (MST, 2003, p. 71).

Já a segunda onda do feminismo europeu é marcada principalmente pelo livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Nesta obra, Beauvoir estabelece uma das máximas da nova onda do feminismo com a seguinte afirmação:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1980, p. 9).

A definição de gênero baseia-se nas diferenças que distingue os sexos, e nos papéis e status atribuídos socialmente a cada sexo, constitutivos da identidade sexual dos indivíduos, em que se permeiam relações de poder.

Apesar de não criar e usar especificamente o termo gênero Beauvoir (1980) foi pioneira em compreender que diferenças entre homens e mulheres são culturalmente construídas.

A nomenclatura surgiu apenas posteriormente, com Robert Stoller que passou a empregar o termo *gênero* para explicar que as diferenças entre homens e mulheres não era em relação ao sexo, mas conforme sua identidade, ou seja, como o indivíduo se sente.

Em 1968, Robert Stoller, no livro 'Sex and Gender', empregou a palavra 'gênero' com o sentido de separação em relação ao 'sexo'. Neste livro, Robert Stoller estava discutindo sobre o tratamento de pessoas consideradas 'intersexos e transexuais', enfim, tratava de intervenções cirúrgicas para adaptar a anatomia genital (considerada por ele como sexo) com sua identidade sexual escolhida (considerada como gênero). Para este autor, o 'sentimento de ser mulher' e o 'sentimento de ser homem', ou seja, a identidade de gênero era mais importante do que as características anatômicas. Neste caso, o 'gênero' não coincidia com o 'sexo', pois pessoas com anatomia sexual feminina sentiam-se homens, e vice-versa. (PEDRO, 2005, p. 78).

No entanto, o conceito de gênero não prosperou logo em seguida. "Só a partir de 1975, com o famoso artigo de Gayle Rubin, mulher, frutificaram *estudos de gênero*, dando origem a uma ênfase pleonástica em seu caráter relacional e a uma nova postura adjetiva, ou seja, *a perspectiva de gênero*" (SAFFIOTI, 2015, p. 114-115, grifos da autora).

O conceito de gênero destaca que as diferenças entre homens e mulheres são culturalmente construídas em cada sociedade. Essas construções são manifestas principalmente nos papéis sociais que cada um desempenha e o valor dado ao trabalho desempenhado por cada indivíduo de acordo com o gênero. Cada sociedade constrói culturalmente o papel social do masculino e feminino, ditando as profissões, estilos e atributos em geral adequados a cada um. Portanto, gênero é usado para indicar a construção social do ser homem e do ser mulher como categoria social.

O conceito de gênero está relacionado à construção sociocultural do sexo. Isto coloca as diferenças entre homens e mulheres no campo das relações de gênero, uma vez que são utilizadas para justificar as desigualdades sociais. Esta concepção diferencia-se da compreensão

estrita do sexo em sua dimensão biológica, justificadora de essencialismos, atribuindo a homens e mulheres uma ‘natureza imutável’. [...] O conceito de gênero se inscreve em um universo relacional. Portanto, há que se considerar o binômio igualdade/diferença na construção de gênero. A mulher, sujeito oprimido, vivencia um processo de dominação/exploração, cuja ideologia de gênero, com fins de discriminação, busca atingir eficácia política, naturalizando as diferenças que foram socialmente construídas, e que podem, por isso, ser transformadas (CHAVES, 2009, p. 24).

Os estudos de gênero fazem parte “[...] de uma tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para insistir sobre a inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens” (SCOTT, 1990, p. 13). Na década de 1990 o conceito de gênero ganha força por influência das pesquisadoras feministas norte-americanas “[...] as feministas começaram a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1990, p. 5). O objetivo é assinalar que as características e comportamentos que reputamos como naturais de um gênero são construções sociais e culturais e que, portanto, não podem ser interpretadas como determinados por aspectos biológicos, ou seja, exclui referências para as diferenças biológicas e foca nas diferenças culturais.

O termo *gênero* emerge no Brasil primeiramente durante às décadas de 1970 e 1980, em meio à problemática da condição feminina, ou seja, acreditava-se que havia um problema da mulher, que deveria ser pensado unicamente pelas mulheres. “A discussão geral sobre a questão do gênero surge no interior do movimento feminista como uma necessidade de trabalhar com uma categoria mais condizente com seus objetivos políticos emancipatórios” (MELO, 2001, p. 55).

A construção deste conceito e, a situação do Brasil na década de 1980, - com a luta contra a ditadura militar - fortaleceram o movimento feminista e de mulheres, que além de se posicionar contra a ditadura, desencadeou outros tipos de lutas, com avanços para a igualdade de gênero como, por exemplo, por serviços específicos para atender às mulheres vítimas de violência.

As discussões sobre gênero se ampliaram no interior dos movimentos feministas influenciadas, inclusive, pelas transformações das orientações teóricas e das práticas do feminismo passando pelo “movimento” das “três ondas”, conforme Pedro (2005). O feminismo inicia o uso do gênero para explicitar que as identidades de gênero definem os gostos, os comportamentos, os sentimentos masculinos e femininos, não havendo uma coincidência com o sexo/características anatômicas. E ainda, o gênero surge para o feminismo quando passa a pautar as discussões para explicar/questionar/superar a condição de inferiorização e subordinação para a qual as mulheres, historicamente, foram direcionadas e condicionadas – com resistências cotidianas. (FARIAS, 2011, p. 10).

Os estudos de gênero influenciaram os movimentos rurais, os quais foram, aos poucos, incorporando essa categoria para repensar suas práticas, ou seja, foram percebendo a necessidade de incorporar a luta feminista dentro da luta pela terra.

O movimento feminista ganhou espaço com as mulheres na esfera rural, pois os movimentos sociais incentivam a luta pela conquista de seu espaço, assim as mulheres passaram a buscar conhecimento para fundamentar sua luta. Assim, “[...] o movimento feminista camponês coloca para os estudos feministas questões e problemas que renovam criticamente seus conceitos e categorias” (MARQUES, 2017, p. 85).

O conceito de gênero, para os movimentos engajados na luta contra as desigualdades, mostra que é possível transformar essa realidade. Na medida em que explicita que as relações de gênero são uma construção social e não uma consequência natural de diferenças biológicas, evidencia que estas relações podem ser mudadas, que se podem construir novas relações (SABIA; BRABO, 2016, p. 177).

Os movimentos feministas possibilitaram às mulheres, a oportunidade de conquistarem a ampliação no espaço de igualdade com os homens, além da proteção legal, e políticas públicas que garantem a igualdade entre homens e mulheres. Contudo, “[...] podemos concluir que a luta pela igualdade de gênero vem sendo levada ao longo dos séculos e terá muito que avançar ainda” (DAL RI, 2007, p. 54).

Com a grande expressão o movimento feminista, ganhou espaço na sociedade e, em “[...] organismos governamentais e não governamentais, influenciando o planejamento e a efetivação de políticas públicas direcionadas às mulheres. Outrossim, esse Movimento impactou a atuação de outros movimentos sociais como o MST.” (CHAVES, 2009, p. 23). Assim, o MST, passou a pensar nas questões das mulheres e da igualdade de gênero, proporcionando melhores condições às mulheres do campo, grande parte influenciada pelos movimentos feministas.

2. A IGUALDADE DE GÊNERO NO MST

As questões da mulher e de gênero e a luta pela igualdade são necessárias na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, por isso a preocupação do MST em acrescentar nos seus objetivos de luta essas questões. “Os estudos feministas sobre os movimentos de mulheres camponesas verificam que há um elemento que as tem unificado nos últimos anos. Esse elemento é a luta pelo acesso à terra como seu direito de propriedade e de trabalho e subsistência” (MARQUES, 2017, p. 81).

O MST reconhece a dificuldade de abordar o tema gênero, pois se trata de concepções e valores presentes nas relações sociais cotidianas e que são considerados naturais na sociedade, pois foram culturalmente sendo construídas e reconstruídas ao longo do tempo. Além disso, “[...] há a dificuldade de relacionar o conceito com a realidade, pois trata-se de uma abordagem nova para o velho problema da desigualdade entre homens e mulheres” (MST, 2003, p. 7).

Partindo do entendimento de que gênero é uma construção social, o conceito busca derrubar “[...] uma velha compreensão de que homens e mulheres têm funções sociais porque são biologicamente diferentes.” (MST, 2003, p. 7-8).

No sentido de debater e promover a igualdade de gênero, o MST trabalha com discursos, ações e práticas para a formação dos militantes forjando novos valores, conscientizando sobre a necessidade de mudanças e tentando romper com a ideologia dominante.

A primeira ação do Movimento no sentido de promover a igualdade de gênero ocorreu em seu I Congresso Nacional realizado

em 1985, no qual foram aprovadas normas gerais e a organização de comissões de mulheres para discutir problemas específicos como: estimular a participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e representatividade; combater toda forma de discriminação das mulheres; e, lutar contra o machismo. Desta forma, “[...] em todos os níveis de organização: núcleos de base, nos grupos de ocupação, comissão municipal, comissão dos movimentos regionais, comissão estadual, e coordenação nacional, deve ter companheiras mulheres trabalhadoras” (MST, 1986a, p. 9).

O *Caderno de Formação* n. 10 com o título *A luta continua: como se organizam os assentados* apresenta as resoluções políticas do Movimento, acerca da igualdade de gênero.

1.º) Que os homens apóiem as iniciativas e a organização das mulheres, dando força para suas esposas participarem.

2.º) Que os assentamentos onde as mulheres já têm organização ajudem as mulheres dos outros assentamentos onde não há esta organização e está difícil de começar a nível de estado.

3.º) Que as mulheres assentadas incentivem e animem as mulheres dos sem terra a participar das reuniões e do Movimento.

4.º) Que nas comissões dos assentamentos, estaduais e nacional, as mulheres conquistem o seu espaço, sem paternalismos, mas sendo-lhes reconhecida a capacidade de ocupar tais cargos.

5.º) Que as secretarias estaduais dos sem terra enviem material para ajudar a organização das mulheres nos assentamentos

6.º) Que as mulheres participem na renovação sindical, exijam o direito de associação e conquistem seu espaço nas diretorias.

7.º) Que as mulheres votem nos candidatos que são mulheres e/ou trabalhadores que defendem os direitos dos assentados e das mulheres na Constituinte.

8.º) Que, ao tirar documentos em que conste a profissão, as mulheres possam colocar que são trabalhadoras rurais, não aceitando a simples denominação ‘doméstica’ ou ‘do lar’. Isto é importante agora na troca de título de eleitor e em caso de título de eleitor e em caso de núpcias na certidão de casamento, entre outros. (MST, 1986b, p. 33).

Essas são as primeiras resoluções aprovadas pelo MST como diretrizes para tentar garantir a participação política das mulheres na luta pela reforma agrária, pois “[...] a existência desta resolução denota que o processo de construção de novas formas de relações humanas nas comunidades assentadas pelo movimento começava a ser colocado na pauta dos problemas a serem enfrentados e solucionados no MST” (MELO, 2007, p. 120).

As orientações apresentadas tratam do incentivo à participação das mulheres em todos os níveis de atuação, do combate a qualquer tipo de discriminação das mulheres e do estímulo à organização das mulheres em comissões em nível nacional. Segundo Melo (2007) as resoluções tiveram por objetivo buscar soluções para o problema das discriminações de gênero e fazer com que a luta pela igualdade deixe de ser reservada ao coletivo de mulheres, e passe a ser um princípio político norteador dos processos de lutas do MST. Desse modo, as resoluções trouxeram uma atenção mais apurada à participação política das mulheres e à igualdade de gênero.

A cartilha organizada pelo Coletivo Nacional de Mulheres sob o título *A questão da mulher no MST* (1996b), apresenta um plano de trabalho oriundo do I Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST, realizado de 25 a 28 de maio de 1996. “Nesse encontro, além de discutirem sobre a construção histórica da dominação de gênero nas relações sociais, discutiram sobre o cotidiano a mulher no processo de luta pela terra e sua inserção nas instâncias decisórias do movimento” (MELO, 2007, p. 132). Para pôr em prática a construção das novas relações de gênero o programa traça alguns objetivos:

1. Nossos objetivos estratégicos

- a) construir novos valores no cotidiano (família, militância, direções, postura pessoal);
- b) tratar a questão de classe e gênero enquanto princípio;
- c) massificar e qualificar a participação das mulheres;
- d) dar organicidade à participação das mulheres;

2. Nossos objetivos específicos:

- a) criar mecanismos para garantir a participação das mulheres em todos os níveis (creches e outras)

b) criar novas relações em que os resultados políticos, econômicos e sociais sejam distribuídos de forma igualitária entre homens e mulheres. (MST, 1996b, p. 7).

Para tanto, o Movimento estabelece níveis de ação, em que uma das tarefas do coletivo consistia em fazer com que nas instâncias do MST “[...] todos os setores discutam e encaminhem concretamente a questão de gênero” e ainda que busquem “[...] garantir espaços de estudo e discussão em instâncias criando mecanismos de participação” (MST, 1996b, p. 8).

A questão da mulher também é destacada na cartilha *Compreender e construir novas relações de gênero* (MST, 1998), que serve “[...] de documento permanente de estudo e aprofundamento entre a militância do MST, para compreendermos e construirmos novas relações de gênero no nosso dia-a-dia” (MST, 1998, p. 5). Para responder qual o papel das mulheres, o texto afirma que

[...] é o mesmo papel político desempenhado pelos homens, porém do jeito da mulher, ou seja, é o papel de atriz política, com sua característica de gênero feminino e de classe trabalhadora e que, por assim ser, é muito mais que estratégia para a resistência nas ações, e muito mais que esposa e mãe somente (MST, 1998, p. 49).

Posteriormente, o Coletivo Nacional de Gênero lançou a cartilha *Mulher Sem Terra* (1999), com propostas para oito encontros. As propostas foram fruto “[...] do MST para fortalecer a participação e organização das mulheres” (MST, 1999, p. 4). A cartilha traz orientações para a reflexão sobre a realidade e para que as mulheres busquem meios para a construção de uma participação igualitária. O grande avanço dessa cartilha é a construção do conceito de gênero. O Movimento aponta a “[...] importância da mulher no seu desenvolvimento como ser humano, da sua igualdade na diferença com o homem [para construir] [...] novas relações de poder [...] baseadas em novos valores” (MST, 1999, p. 11). E afirma que a maneira de viver na sociedade como mulheres ou como homem, é de acordo com os costumes, por isso conclui que “[...] é cultural. Portanto pode ser mudado!” (MST, 1999, p. 12).

Nós mulheres, somos diferentes dos homens, mas não somos inferiores. Politicamente, somos iguais. Existe na sociedade o masculino e o feminino, mas está organizada PELO masculino e PARA o masculino, falta a participação do feminino. Queremos é que o ser feminino participe da organização dessa sociedade para que ela seja pensada pelos dois e para os dois. Sendo assim, não dá para continuar falando que existe um papel para a mulher e um papel para os homens. Em nossos Acampamentos e Assentamentos e na nova sociedade, o papel das mulheres é o mesmo papel político desempenhado pelos homens, porém do jeito da mulher. Não queremos ser vistas apenas como mães e esposas, ou simplesmente estar presentes nas ações. Queremos sim, ocupar os espaços de decisões em todos os níveis na nossa organização e na sociedade que almejamos construir. A cada mulher maltratada pelo machismo, pela violência que o sistema nos impôs há mulheres e homens que lutam e são felizes. Lhe ofertando flores de novas relações de libertação. Quando alguém lhe perguntar: Quem é esse novo homem, essa nova mulher? Onde eles estão? Grita: Eles estão dentro de cada uma e cada um de nós. (MST, 1999, p. 14).

Para fortalecer e envolver a todos no debate, é que foi criado o Setor de Gênero em um Encontro Nacional do MST, no ano de 2000, com a tarefa de estimular o debate sobre gênero nas instâncias e espaços de formação, produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a construção de condições objetivas de participação igualitária aos homens e mulheres, fortalecendo o próprio Movimento (MST, 2014, p. 1).

Fica a cargo do Setor de Gênero a tarefa de formular e sistematizar as discussões referentes à situação das mulheres na sociedade e no MST. Cada assentamento conta com um núcleo de mulheres; os assentamentos estão organizados por regiões, cada região indica uma representante para participar das reuniões estaduais de gênero; e cada estado indica uma representante para compor o Setor Nacional de Gênero. Dessa forma vai se dando a troca entre as deliberações locais e as deliberações nacionais, bem como o compartilhamento das experiências e discussões realizadas em todos os assentamentos do Brasil. (SANTO, 2016, p. 10-11).

O Setor de Gênero tem como principal objetivo levar a discussão para o conjunto do MST, por meio de estudos e reflexões e divulgar cartilhas cujo conteúdo explore a importância de se estabelecer novas relações para se avançar na luta de classes.

O setor de Gênero do MST compreende que discutir e buscar construir novas relações de gênero não está descolado da luta de classes. Ao contrário, entende que essas lutas não podem acontecer separadamente. O setor luta exatamente para garantir que as mulheres participem do processo de luta pela transformação social como sujeitas da história. Por isso procura garantir que elas tenham iguais oportunidades de militar e dirigir o movimento. Afinal aprendemos na experiência destes 20 anos do MST que é participando que se eleva o nível de consciência. É no processo de formação permanente, com teoria e prática, que vamos deixando de ser objeto para nos transformarmos em sujeitos (as) sociais. (MST, 2003, p. 22).

A criação do Setor de Gênero demonstra principalmente a intenção do Movimento em colocar em prática propostas para garantir a igualdade e, também, abrir espaços para que as mulheres possam efetivamente ter voz e poder de decisão, por isso, com a criação do Setor, foi necessária a constituição de novos objetivos.

1. Objetivos do setor de gênero

Objetivos gerais

- a) Levar a discussão de gênero para o conjunto do MST e procurar mostrar a importância de se estabelecer novas relações de gênero para avançar na luta de classes.
- b) Elevar o nível de participação das mulheres na luta pela terra, pela reforma agrária e na construção de uma nova sociedade.
- c) Contribuir para transformar as relações de gênero no MST para que homens e mulheres sejam de fato sujeitos sociais.
- d) Motivar a construção de novas relações na família, militância e instâncias, baseadas em valores como respeito, solidariedade, igualdade, companheirismo.

Objetivos específicos

- a) Fortalecer o MST nas duas diversas instâncias e setores.
- b) Massificar e qualificar a participação das mulheres desde antes do acampamento (na fase de preparação), durante a luta pela terra, nos assentamentos, setores e instâncias.
- c) Exercer pressão permanente para a construção de novas relações de gênero, baseando em novos valores.
- d) Motiva a construção de um novo jeito de ser família, em que toda a comunidade (núcleos, acampamentos, assentamentos) tenha responsabilidade no processo de educação e formação das crianças e jovens e não apenas os pais biológicos.
- e) Despertar a mulher para a necessidade de participar das decisões políticas e econômicas, para a importância de assumirem tarefas produtivas e administrativas e serem beneficiadas nos projetos e recursos.
- f) Fortalecer a auto-estima das mulheres através de atividades de formação específicas.
- g) Incluir as reivindicações femininas na pauta do MST, como por exemplo: ciranda e educação infantil, reconhecimento da profissão de trabalhadora rural através do cadastro, políticas de saúde específicas para a mulher e a família rural. (MST, 2001, p. 147-148, grifos do autor).

Além dos novos objetivos, o Setor de Gênero desenvolveu novas diretrizes para as linhas políticas de gênero, cujo objetivo principal é buscar a garantia de participação de todas as mulheres militantes em todas as instâncias e em todos os setores do Movimento.

LINHAS POLÍTICAS DE GÊNERO NO MST

1. Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra seja em nome do homem e da mulher;

2. Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham), e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família.
3. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e controle dos resultados.
4. Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres;
5. Garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos tenha um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordene as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participe e todas as atividades como representante da instância.
6. Garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher);
7. Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional;
8. Garantir a participação das mulheres na Frente de Massa e SCA para incentivar as mulheres a ir para o acampamento, participar das atividades no processo de luta, e ser ativa nos assentamentos;
9. Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias, etc, comunitários.
10. Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica.
11. Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violência no capitalismo. (MST, 2003, p. 25, grifos do autor).

A categoria gênero defendida pelo Movimento Feminista trouxe avanços para o MST, pois permitiu novas reflexões e a construção de novos valores em relação à igualdade. Nesse sentido, o MST passou a entender que a luta deve ser de todos, homens e mulheres rompendo os modelos até então reproduzidos. “A distribuição e o exercício de poder dentro das organizações populares é bastante desfavorável às mulheres. Partindo da compreensão que as relações de gênero são relações de poder, é importante refletir no cotidiano do MST como essa relação de poder/relação de gênero se manifesta” (MST, 2003, p. 22).

Evidente que sendo uma questão sócio cultural, construída e consolidada ao longo da história, não pode se alterar as relações de gênero de uma hora para outra. É necessário todo um processo de transformação de concepção e de comportamento. Mas se não sairmos do campo do discurso para a prática a mudança nunca vai acontecer. Nesse sentido é preciso criar as condições para ir construindo, de fato, relações de gênero baseadas na solidariedade, no companheirismo, cooperação [...]. (MST, 2003, p. 23).

Se os valores disseminados e impostos são culturais, esses podem e devem ser mudados. Contudo, homens, mulheres e crianças não adquirem, espontaneamente, a consciência da mudança de valores. Por isso o Movimento busca nas suas práticas educativas e escolares, a realização de trabalhos no sentido de avançar na construção de uma consciência de gênero voltada para a igualdade. Nesse sentido, que os movimentos feministas tem incentivado o MST a incorporar a luta pela igualdade de gênero dentro da luta principal do Movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais rurais, e especialmente o MST, aos poucos foi incorporando os ideais das lutas feministas a sua luta principal pela terra. Os movimentos feministas em geral influenciaram as mulheres do campo que passaram a se organizar e, a lutar por visibilidade dentro do Movimento e reconhecimento como trabalhadoras rurais. As mulheres se uniram na luta pela igualdade, deixando para trás os serviços domésticos e ganhando espaço no interior do movimento em questões como o trabalho,

e em posições de liderança, reconhecendo a importância da luta de gênero juntamente com a luta de classes.

Segundo Schwendler (2014, p. 58), outro motivo que fez o Movimento Feminista ganhar espaço no movimento rural é “[...] a politização das questões agrárias e de gênero, juntamente com a compreensão das estratégias da luta de classe e a prática da liderança, tem sido fundamental no desencadeamento dos protestos e das ocupações de terras, lideradas por mulheres camponesas”.

A organização das mulheres e sua participação na luta de classe foram cruciais para a percepção de que as questões de gênero precisavam compor a agenda política da luta social, para se desafiar as restrições que lhes eram impostas pelos regimes patriarcais de gênero. Nos acampamentos e assentamentos, as mulheres Sem Terra começam a se organizar e debater sua participação política, pois elas percebiam que para os homens havia mais oportunidade para participar dos espaços formativos e de decisão política, o que também contribuía para o desenvolvimento da liderança. (SCHWENDLER, 2014, p. 94).

Ao longo de sua história, o MST foi construindo um projeto direcionado para igualdade entre homens e mulheres no Movimento. Desta forma, suas reflexões teóricas e experiências práticas proporcionam, de maneira contínua, a elaboração e publicação de documentos que trazem contribuições teóricas e empíricas para a atualidade.

A criação do *Setor de Gênero* foi um grande avanço no sentido de fortalecer a luta pela igualdade, ampliando a discussão sobre gênero entre todos os militantes do MST. As mulheres Sem Terra foram se organizando interna e externamente para a luta contra o machismo e a violência, e pela ampliação e garantia de direitos igualitários aos dos homens. Aos poucos ganharam espaço, e foram definindo as políticas de gênero, incorporando os novos valores e criando diretrizes políticas para a questão de gênero, pautadas na formação do ser humano por meio de práticas e vivências.

Os movimentos feministas influenciaram o MST inclusive na alteração da nomenclatura, quando os coletivos do MST pensavam nas *questões das mulheres* que foram substituídas pelas *questões de gênero*, acompanhando, portanto, as teses feministas que também passaram a

considerar o termo gênero mais abrangente. Com a implementação das políticas alcançadas, as mulheres militantes do MST já conquistaram a igualdade em muitos aspectos. Por exemplo, em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, deve-se assegurar que haja 50% de participação de homens e mulheres, assim como na coordenação dos acampamentos e assentamentos. A alteração na legislação que permitiu à mulher também ser considerada titular de lotes de terra, independentemente de seu estado civil, entre outros.

Contudo, ainda há muito a se avançar para garantir as mulheres trabalhadoras rurais, a igualdade de oportunidades no campo, por isso, as lutas dos movimentos feministas, dos movimentos de mulheres rurais e das mulheres do MST devem continuar. Todavia, podemos constatar que as lutas promovidas nos últimos anos pelos movimentos feministas e pelas mulheres militantes do MST já garantiram avanços importantes que proporcionaram as mulheres à saída dos afazeres domésticos e sua inserção como trabalhadoras, e, principalmente o fato de serem reconhecidas como tal, com espaço de igualdade entre homens e mulheres em todos os setores e instâncias dentro do Movimento.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 2.

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CHAVES, Gislaíne da Nóbrega. *O conceito de gênero no MST: um estudo da sua produção escrita*. 2009. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

DAL RI, Neusa Maria. Lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas futuras: movimento feminista em debate. *In*: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. *Gênero e educação: lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas futuras*. São Paulo: Ícone, 2007. p. 45-56.

DAL RI, Neusa Maria. Um panorama dos novos movimentos sociais latino-americanos e a pedagogia do trabalho associado. *In*: NOVAIS, Henrique Tahan; DAL RI, Neusa Maria (org.). *Movimentos sociais e crises contemporâneas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. v. 2. p. 165-180.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., São Paulo, 2011. *Anais [...]*. São Paulo, 2011.

MARQUES. Siomara Aparecida. Feminismo(s) e o conceito de gênero: algumas contribuições teóricas para os debates nos movimentos sociais de mulheres camponesas. In: BONI, Valdete; PERON, Lucélia; MARQUES, Siomara Aparecida; MOHR, Naira Estela Roesler; BASTIANI, Tânia Mara (org.). *Mulheres camponesas e agroecologia*. Curitiba: CRV, 2017. p. 71-88.

MELO, Denise Mesquita de. *A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST*. 2001. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MELO, Denise Mesquita de. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000. In: GOHN, Maria da Glória (org.). *Movimentos sociais no início do século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 113-143.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Organização do Movimento. Quem é quem na luta pela terra. *Cadernos Formação*, São Paulo, n. 1, 1986a.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). A luta continua: como se organizam os assentados. *Cadernos de Formação*, São Paulo, n. 10, 1986b.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Princípios da educação no MST. *Caderno da Educação*, São Paulo, n. 8, 1996a.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *A Questão da Mulher no MST*. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres do MST, 1996b.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Compreender e construir novas relações de gênero*. 2. ed. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres, 1998.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Mulher Sem Terra. *Caderno de formação*, São Paulo, n. 2, 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Construindo o caminho*. São Paulo: MST, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder. As relações de gênero e o MST*. Setor Nacional de gênero. São Paulo: ANCA, 2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento*. [S. l.]: MST, 2014. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/node/15654>. Acesso em: 21 abr. 2016.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

SABIA, Claudia Pereira de Pádua; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. O desafio de criar novas relações de gênero no interior do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST: o assentamento do Contestado (Lapa-PR). In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SOUZA, Elizeu Clementino de (org.). *Documentação, memória e história da educação no Brasil: educação especial, questões étnico-raciais e de gênero*. Tubarão: Copiart. 2016. p. 165- 188.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTO, Thais Marques de. *As publicações do Setor de Gênero do MST e as vivências de mulheres Sem Terra: reflexões sobre desrespeito, reconhecimento e autonomia*. 2016. 94f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Escola de Humanidades, PUCRS, Porto Alegre.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. Dia internacional da mulher no campo brasileiro: novas formas de protesto político e de resistência. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, Goiânia, v. 38, n. 1, p. 50–80, jan./jun. 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.